

EDIÇÃO
2025

Santa Catarina no 14º Ranking de Competitividade dos Estados



Edição 2025

Direção

Samires Felipe

Coordenação

Paulo Zoldan

Renato Souza Tristão

Conteúdo

Paulo Zoldan

Jean Samuel Rosier

Revisão

Micheline Guerreiro Krause

Projeto Gráfico e Diagramação

Cassiana Mendonça Pottmaier

Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC

Santa Catarina no 14º Ranking de Competitividade dos Estados

A Seplan apresenta uma análise detalhada sobre o desempenho de Santa Catarina no Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros, publicação anual do Centro de Liderança Pública (CLP).

O presente estudo tem como objetivo compreender os fatores que definem o posicionamento do Estado no ranking e identificar oportunidades de aprimoramento nas diferentes dimensões avaliadas, como infraestrutura, capital humano, solidez fiscal, inovação e segurança pública.





Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC

Sumário

Introdução	6
Aspectos Metodológicos	8
Destaques da Edição de 2025.....	10
Destaques Regionais	11
Santa Catarina no Ranking	14
Segurança Pública.....	15
Sustentabilidade Social	18
Infraestrutura.....	22
Solidez Fiscal.....	25
Educação.....	27
Eficiência da Máquina Pública.....	30
Sustentabilidade Ambiental	33
Capital Humano	36
Potencial do Mercado	38
Inovação	40
Considerações finais	44
Anexos.....	50
Anexo 1 – Peso dos Pilares na edição 2025.....	50
Anexo 2 – Evolução do Peso dos Pilares.....	50
Anexo 3 – Descrição dos Indicadores por Pilar.....	51

Introdução

O Brasil amarga uma péssima colocação no Ranking mundial de competitividade do International Institute for Management Development (IMD) monitorado por uma escola de negócios suíça que tem parceria no Brasil com a Fundação Dom Cabral. O ranking, que chegou na sua 37^a edição em 2025, situou o Brasil na 58^a colocação entre 69 países e registrou um avanço de quatro posições em relação à edição anterior. Foi o melhor desempenho do Brasil desde 2021, após seu pior desempenho em 2024 quando recuou para a 62^a colocação.

O ranking, que busca mapear pontos fracos e fortes das economias avaliadas, aponta os países com as melhores condições de prosperidade e concorrência externa para oferecer aos governos e empresas um direcionamento para tomada de decisões. Indicadores como educação básica eficiente, infraestrutura avançada e acesso a mercados exteriores distinguem os países que ocupam o topo da lista.

O Brasil teve um resultado mediano no pilar Desempenho Econômico, ocupando o 30º lugar no Ranking. Porém, existe um conjunto de fatores que colocam o Brasil entre as piores posições em relação à competitividade. Entre eles, está a baixa oferta de programas de formação de gestores e a baixa eficiência do setor público. O excesso de burocracia, o alto custo de capital, a legislação trabalhista, as contas públicas deficitárias e as barreiras tarifárias também seguem como entraves ao crescimento, somados ao baixo nível de investimento em ciência, tecnologia e inovação.

Entre os vários pontos a serem melhorados, o ranking situa o Brasil na 65^a posição em educação, entre os 69 países analisados. Além disso, o país ocupa as últimas posições em áreas cruciais para a competitividade global, como educação básica (69^a), habilidades linguísticas (69^a) e custo de capital (69^a). Também figura na penúltima posição em indicadores como dívida corporativa, protecionismo, sistema de valores e qualificação da mão de obra. O estudo aponta, ainda, a necessidade de avanços urgentes em educação gerencial, finanças públicas, legislação trabalhista, produtividade da força de trabalho, infraestrutura e ensino superior – áreas em que o Brasil aparece como antepenúltimo colocado.

Sabe-se que o avanço em competitividade ocorre, sobretudo, pela valorização do conhecimento, pela melhoria da eficiência governamental e por investimentos robustos em infraestrutura. Somente assim poderemos avançar em ciência, tecnologia e inovação, condição fundamental para que o País saia da indesejável posição em que se encontra.

Diante da urgente necessidade de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública estatal, o Centro de Liderança Pública (CLP) lançou em 2011 o Ranking de Competitividade dos Estados. A partir de 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada, parceria que se mantém até os dias atuais.

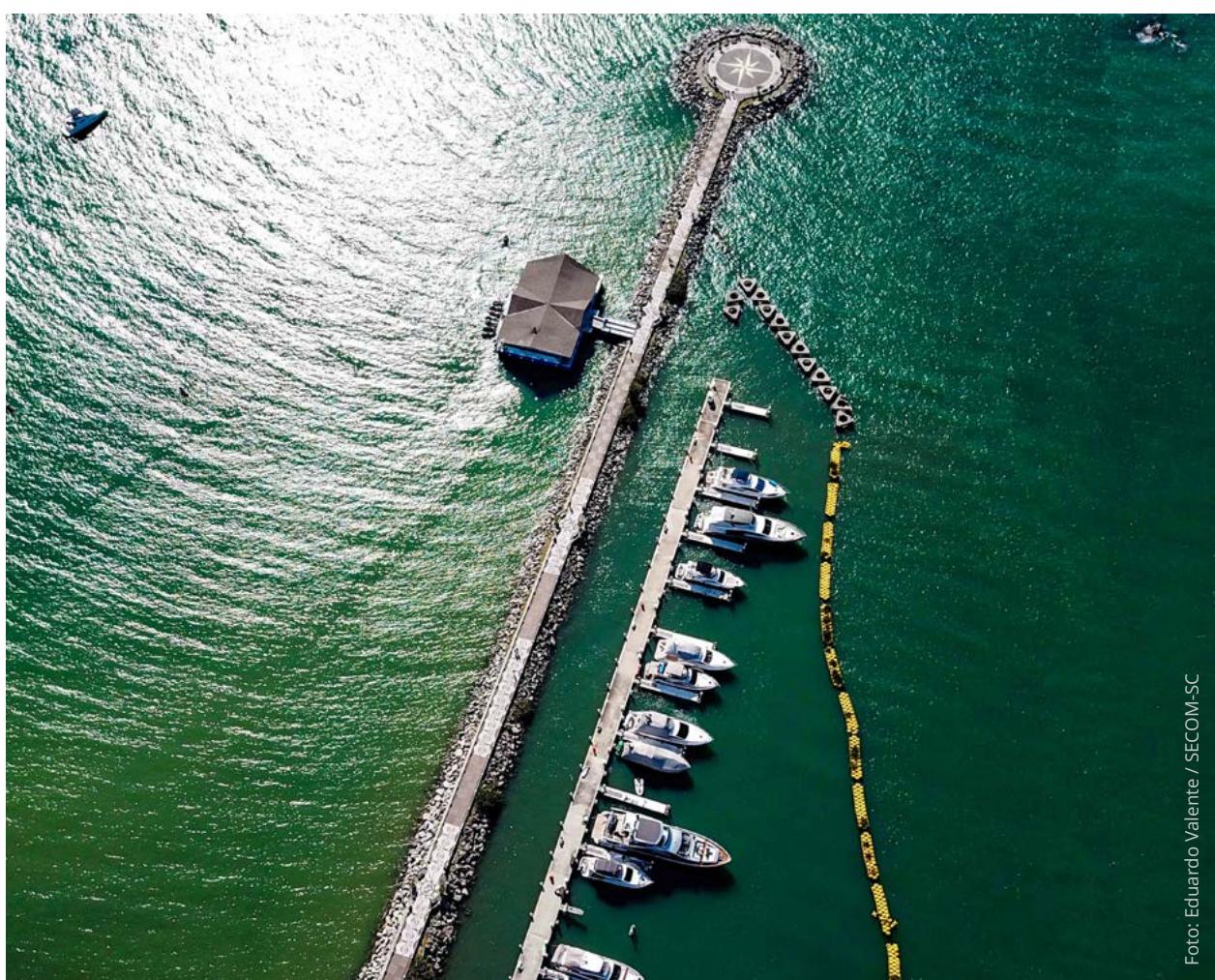


Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC

O Ranking de Competitividade dos Estados concebido pelo CLP surge a partir de uma visão de que a competição no setor público é saudável e desejável. Coloca-se como elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social. A competição saudável faz com que estados e municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Aspectos Metodológicos

O Ranking de Competitividade dos Estados concebido pela CLP possibilita identificar os pontos fortes e fracos que influenciam a classificação final das Unidades Federativas (UFs) do país, por meio de dez pilares temáticos considerados essenciais para a gestão pública.

O conjunto atualmente totaliza 100 indicadores, distribuídos nesses 10 pilares temáticos, todos considerados fundamentais para a promoção da competitividade: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. Cada pilar tem um peso no ranking geral e cada indicador um peso em seu pilar.

Cada um desses indicadores, além da classificação no ranking, recebe uma nota de 0 a 100, sendo 100 atribuída ao Estado mais bem posicionado. Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização, que utiliza os valores mínimo e máximo de cada indicador para normalizar linearmente os dados na escala, mantendo a dispersão original. Ao final desse documento, um anexo contém a descrição de cada um dos 100 indicadores, as fontes que foram utilizadas, o ano de referência e a sinalização se foi atualizado ou não nessa edição.

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da diversidade de fontes, os anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. A maioria dos indicadores, nessa edição, refere-se ao ano de 2024. Em alguns casos, porém, utilizam-se dados de anos anteriores, por serem os últimos disponíveis. De fato, são poucos os que se referem ao ano de 2025.

Dessa forma, o CLP buscou relacionar a competitividade de um estado à capacidade de ação dos seus líderes públicos, sendo competitivo o estado que está atento aos recursos disponíveis e à forma como são utilizados para surtir efeitos positivos. Isso se aplica tanto à geração de bem-estar e de serviços públicos eficientes, quanto ao desenvolvimento econômico local.

O ranking tornou-se importante referência, não apenas pelos resultados apresentados, mas também pela comparação que possibilita entre as UFs. O efeito gerado motiva governos a implementar políticas públicas cada vez mais eficazes e abrangentes, visando ampliar o impacto na sociedade. Pode ser útil, também, para o setor privado tomar decisões de investimentos, ao basear-se em critérios de atratividade, de acordo com as especificidades de seus projetos. Aos cidadãos, representa uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança aos gestores públicos, por melhores resultados e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em geral, sistemas de rankings são percebidos com grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidades em cada Estado.

Por fim, o CLP considera o uso do ranking como imprescindível para determinar um foco de ação por parte da administração pública. Seu bom desempenho depende de um bom diagnóstico, a partir de indicadores consolidados e testados. Em adição, os rankings revelam o progresso de desempenho, se bem utilizados.

Aliado à vontade política, o Ranking coloca-se, portanto, como uma poderosa ferramenta para delinear ações governamentais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível, conforme ressalta o CLP.

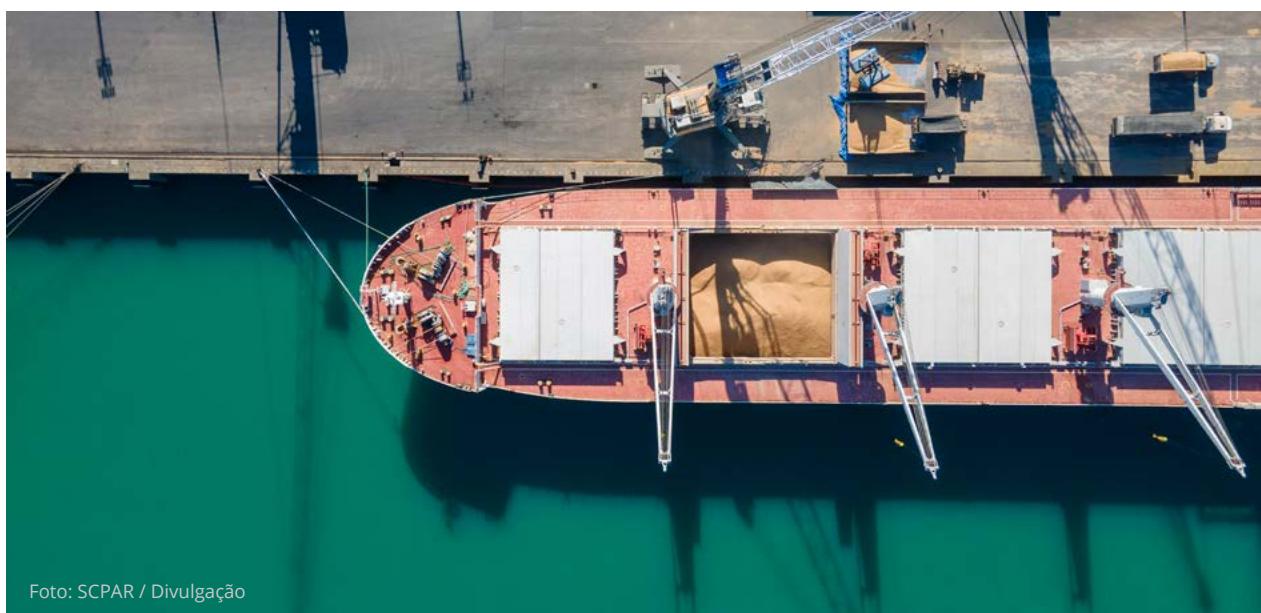


Foto: SCPAR / Divulgação

Destaques da Edição de 2025

A 14ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados foi lançada pelo CLP em 27 de agosto passado, em Brasília.

Pela décima quarta vez consecutiva, São Paulo é o estado mais competitivo do Brasil. Na sequência, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, mantiveram as respectivas colocações em relação à edição de 2024.

Minas Gerais ocupa agora a sexta posição, tendo superado o Espírito Santo, que havia se destacado na edição anterior ao subir quatro colocações no ranking geral. Assim, o estado do Espírito Santo ocupa agora a 7ª posição, seguido por Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, que mantiveram suas respectivas colocações em relação à edição anterior.

A Paraíba ficou na 11ª posição em 2025, destacando-se como o estado mais bem colocado fora do Centro-Sul do País, superando o Amazonas em relação à classificação anterior. Cabe destacar que o Amazonas havia obtido um avanço significativo de três posições na edição de 2024, quando alcançou o seu melhor desempenho desde a criação do indicador. No entanto, voltou a perder posições e agora se situa como 17º colocado.

Sergipe alcançou a 12ª colocação no Ranking, registrando uma expressiva alta de seis posições em relação ao ano anterior e dividindo com a Paraíba a liderança entre os estados da região Nordeste.

Vale destacar, ainda, o crescimento de oito colocações gerais do Rio Grande do Norte (16º), bem como de Rondônia (13º) e Roraima (24º), ambas com três posições acima. O Ceará ficou na 14ª posição e Bahia na 22ª posição.



Foto: Vinícius Caricatte / Pexels

Destaques Regionais

Assim como na edição de 2024, São Paulo segue na primeira colocação no ranking geral. Destaca-se em Infraestrutura e Educação, com a primeira posição inalterada no País. Em Sustentabilidade Social também manteve o terceiro lugar. Houve crescimento de onze posições em Eficiência da Máquina Pública (2^a posição), de duas posições em Capital Humano (5^a posição) e de uma posição em Solidez Fiscal (13^a posição). Contudo, houve piora relativa nos pilares da Sustentabilidade Ambiental (3^a posição), Inovação (3^a posição) e Potencial de Mercado (9^a posição), os três com queda de uma posição. Também perdeu duas posições em Segurança Pública (6^a posição).

Da mesma forma, Santa Catarina permaneceu na segunda posição no ranking geral, pelo nono ano consecutivo. Em 2011, SC ocupava a 7^a posição; em 2012 e 2013 avançou para a 6^a, em 2014 para a 5^a, em 2015 e 2016 para a 3^a e desde 2017 ocupa o 2º posto.

SC manteve a liderança nos rankings de Segurança Pública e Capital Humano. Em Educação (9^a posição) e Solidez Fiscal (7^a posição) manteve as colocações do ano anterior. Houve crescimento de sete posições em Potencial de Mercado (3^a posição), de três posições em Sustentabilidade Ambiental (7^a posição) e de duas posições em Inovação (2^a posição). No entanto, o Estado perdeu sete posições em Eficiência da Máquina Pública (10^a posição) e também recuou uma posição em Sustentabilidade Social (2^a posição) e em Infraestrutura (4^a posição). Apesar disso, pelo critério de pesos e notas e também pelo desempenho dos demais estados, não perdeu a posição no ranking geral.



Foto: Roberto Zacarias / SECOM-SC

O Paraná também manteve a 3^a colocação do Ranking Geral, pelo quarto ano consecutivo. O estado continuou com a 4^a posição em Capital Humano, manteve a 5^a posição em Sustentabilidade Social e a 10^a posição em Segurança Pública. Exibiu melhora relativa nos pilares de Educação (+1 posição, para a 4^a), Inovação (+1 posição, para a 4^a), Potencial de mercado (+1 posição, para a 10^a) e Solidez Fiscal (+2, para a 6^a posição). Todavia, houve piora nos pilares de Sustentabilidade Ambiental (-1, para a 2^a posição), Eficiência da Máquina Pública (-1, para a 3^a posição) e Infraestrutura (-1, para a 5^a posição).



Enquanto os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do ranking, os do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições. Os estados do Pará, Acre e Amapá permaneceram como os três últimos colocados do Ranking.

Quanto ao critério de ponderação dos indicadores, observa-se que Santa Catarina apresentou uma discreta elevação em sua pontuação geral na comparação com a edição anterior do ranking. A nota passou de 79,2 em 2024 para 80,1 na edição atual (+0,9). Já São Paulo registrou uma pequena queda, passando de 81,9 para 81,1 (-0,8). O Paraná apresentou leve elevação de 72,1 para 72,3 (+0,2).

Ainda observando o conjunto da federação, observa-se que entre 2015 e 2025 Santa Catarina foi o único Estado do Centro Sul do Brasil que avançou na pontuação geral, a qual passou de 77,3 para 80,1 (+2,8 pontos). Um resultado relevante, considerando-se o já avançado nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado, que figura com as melhores notas e classificações. Apenas os estados de Sergipe e Alagoas avançaram mais que Santa Catarina, todos do Nordeste do país, de economias menores e com posições bem inferiores no início da série.

A Tabela 1 apresenta a posição das unidades federativas no ranking em 2015 e a evolução dessa posição nas três últimas edições. Apresenta, também, a nota atribuída por Estado em cada uma dessas edições.

Tabela 1: Evolução do Ranking de Competitividade dos Estados – 2015, 2023, 2024 e 2025

Estados	Posição no Ranking				Nota atribuída			
	2015	2023	2024	2025	2015	2023	2024	2025
São Paulo	1º	1º	1º	1º	90,1	89,8	81,9	81,1
Santa Catarina	3º	2º	2º	2º	77,3	84,2	79,2	80,1
Paraná	2º	3º	3º	3º	79,7	72,1	72,1	72,3
Distrito Federal	4º	4º	4º	4º	69,8	69,1	67,7	68,1
Rio Grande do Sul	6º	5º	5º	5º	67,5	64,2	66,8	66,1
Minas Gerais	7º	6º	7º	6º	67,3	61,9	61,6	63,3
Espírito Santo	5º	10º	6º	7º	67,8	60,3	62,4	63,1
Goiás	10º	7º	8º	8º	58,2	61,7	58,1	58,8
Mato Grosso do Sul	9º	9º	9º	9º	63,6	60,3	54,3	54,4
Mato Grosso	11º	8º	10º	10º	52,8	61,5	53,1	53,6
Paraíba	15º	13º	12º	11º	50,6	49,8	47,4	50,5
Sergipe	24º	19º	18º	12º	35,4	37,7	35,5	47,2
Rondônia	19º	18º	16º	13º	44,7	40,5	36,5	46,5
Ceará	12º	12º	14º	14º	52,1	50,7	42,9	45,1
Rio de Janeiro	8º	11º	13º	15º	66,2	50,8	45,3	43,8
Rio Grande do Norte	23º	23º	24º	16º	40,7	34,2	30,8	43,3
Amazonas	17º	14º	11º	17º	47,9	43,5	47,7	42,9
Tocantins	18º	15º	15º	18º	47,2	42,3	40,5	38,4
Pernambuco	13º	16º	19º	19º	51,4	41	35,5	38,4
Alagoas	27º	17º	17º	20º	23,4	40,6	36,5	36,1
Piauí	21º	22º	20º	21º	41,7	34,5	33,4	34,6
Bahia	14º	24º	22º	22º	50,6	34,1	31,6	33,2
Maranhão	20º	21º	23º	23º	43,1	35,3	30,9	31,2
Roraima	16º	25º	27º	24º	48	27,3	25,0	29,8
Pará	22º	20º	21º	25º	41,4	35,7	31,9	28,1
Acre	26º	27º	25º	26º	34,4	25,6	27,1	26,3
Amapá	25º	26º	26º	27º	35	26,4	25,7	19,4

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Santa Catarina no Ranking

Vice-líder pela nona vez consecutiva no Ranking Geral, Santa Catarina manteve a 1^a posição nos pilares de Segurança Pública e Capital Humano, além de preservar a 7^a colocação em Solidez Fiscal e a 9^a posição em Educação, em relação à edição anterior. O Estado apresentou avanços expressivos em alguns pilares: em Potencial de Mercado, subiu da 10^a para a 3^a colocação; em Sustentabilidade Ambiental, evoluiu da 10^a para a 7^a; e em Inovação, ascendeu da 4^a para a 2^a posição. Por outro lado, registrou perdas em alguns indicadores: em Eficiência da Máquina Pública, caiu da 3^a para a 10^a colocação (recesso de sete posições); em Infraestrutura, passou da 3^a para a 4^a posição; e em Sustentabilidade Social, caiu da 1^a para a 2^a colocação.

Dos 100 indicadores avaliados nesta edição, Santa Catarina obteve melhora na classificação em 37 deles, manteve a posição em 20 e teve piora relativa em 27 deles. Em 10 indicadores não houve atualização dos dados. A comparação foi feita entre os dois últimos anos disponíveis para cada indicador. Vale destacar que apenas um novo indicador foi incluído nesta edição, enquanto outros cinco sofreram revisão metodológica e, portanto, não são passíveis de comparação.

Quanto à nota atribuída a cada um dos indicadores, o Estado teve a melhor nota em 8 deles. Houve melhora em 41 e piora em 34 deles, sendo que para 9 indicadores foram atribuídas a mesma nota em relação ao último ano disponível. Aparecem pela primeira vez no ranking 6 indicadores atualizados. Ainda em 10 deles não houve atualização dos dados.

Por meio da observação ao comportamento de cada um dos indicadores do ranking, é possível compreender a dinâmica de cada um e sondar as fragilidades e potencialidades do estado de Santa Catarina.

Dessa forma, os pilares que sustentam o Ranking serão apresentados por ordem de peso atribuído a cada um deles, de maneira que se possa compreender sua composição, sua dinâmica no tempo e a posição de SC no pilar e em cada um dos indicadores que os compõem. As comparações são sempre em relação aos demais estados brasileiros e ao DF.

Segurança Pública

A abordagem metodológica do ranking aqui apresentada considera a **Segurança Pública** como o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais são essenciais para o desenvolvimento.

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no ranking é justificada por razões constitucionais, já que a garantia de segurança aos cidadãos é de responsabilidade central da esfera estadual. Justifica-se, também, por razões práticas, visto que a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices alarmantes de violência urbana.

A segurança pública é considerada fundamental para a competitividade de uma economia, pois afeta diretamente o ambiente de negócios, a produtividade, os custos e a capacidade de atrair investimentos. Portanto, é considerada como um ativo econômico, já que ela cria as condições básicas para o funcionamento dos mercados, a previsibilidade das relações contratuais e a estabilidade social necessárias para o crescimento sustentável.

Por esta razão, o pilar da segurança pública recebeu o maior peso (12,6%) entre os 10 pilares temáticos do ranking, sendo composto por 11 indicadores, listados na Tabela 2. Entre eles, destaca-se o de Segurança Pessoal, que tem um maior peso por representar o tipo de crime que gera os maiores danos à sociedade, devido aos seus índices alarmantes. Além disso, esse indicador oferece as medições mais confiáveis.

Tabela 2: SC no Pilar Segurança Pública – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Segurança Pública	3º	4º	1º	2º	1º						
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal	6º		6º	11º		7º	7º	4º		6º	
2. Déficit de Vagas	7º	2º	1º		1º	7º	10º	5º	9º	7º	
3. Morbidade no Trânsito				17º	13º	12º	14º	10º	8º	5º	
4. Morbidade Hospitalar por Acidente de Trânsito	5º	15º	17º	18º	19º	16º	15º	15º	12º		
5. Mortes a esclarecer	2º	7º	11º	9º	9º	10º	10º	10º	24º		

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
6. Presos sem Condenação		8º	5º		5º	6º	7º	9º	7º	4º	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			13º			11º			7º		
8. Segurança Patrimonial	8º		3º	1º	14º	1º	2º	1º	1º	1º	
9. Segurança Pessoal	2º		2º								
10. Violência Sexual								21º	19º	18º	
11. Feminicídio										10º	

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Na edição de 2025, o CLP incorporou o indicador de **Feminicídio**, variável de elevada relevância no contexto brasileiro, considerando os recordes de registros de estupros, além das recorrentes formas de violência sexual e física que resultam em assassinatos. Ressalte-se, contudo, que as subnotificações desse tipo de crime constituem um fator limitador para a plena mensuração do fenômeno.

No pilar de Segurança Pública, Santa Catarina manteve-se na liderança em 2025, ocupando a primeira posição, desempenho que mantém desde 2019. O Distrito Federal e o Rio Grande do Sul ficaram com a segunda e a terceira posições, respectivamente, repetindo o desempenho da edição anterior. O estado de Sergipe exibiu o maior avanço de posição, passando da 18ª para a 8ª posição, enquanto Maranhão exibiu o pior resultado, passando da 8ª para a 18ª posição.

SC manteve a primeira colocação em Segurança Patrimonial (roubos por 100 mil habitantes) pela terceira edição consecutiva e ocupa, desde 2015, a segunda colocação em Segurança Pessoal (óbitos por 100 mil habitantes).

Houve, ainda, avanços do estado na colocação dos indicadores Qualidade da Informação de Criminalidade (do 11º posto para o 7º); Morbidade no Trânsito (de 8º para 5º posto); Mortalidade no Trânsito (15ª para a 12ª posição); Presos sem Condenação (de 7º para 4º);

Deficit de Vagas (de 9º para 7º posto); e Violência Sexual (de 19º para 18º). Houve, no entanto, piora do indicador Mortes a Esclarecer (de 10º para 24º posto) e Atuação do Sistema de Justiça Criminal (de 4º para 6º posto). O indicador Feminicídio (10º posto) foi introduzido nesta edição.

Apesar da melhora na classificação em seis indicadores e da manutenção de desempenho em outros dois, o Estado ainda tem muitos desafios na segurança pública, especialmente no que se refere à sua atuação em Mortes a Esclarecer, Violência Sexual e Feminicídio. Esses desafios decorrem tanto da baixa posição no ranking nacional, quanto da perda de desempenho em determinados aspectos, além, é evidente, da distância em relação aos parâmetros de referências internacionais.

Tabela 2.1: SC no Pilar Segurança Pública – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Segurança Pública	92,5	91,5	100	97,8	100						
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal	26,8		49,8	35		64,3	51,4	52,3		53,9	
2. Déficit de Vagas	72,3	97	100		100	87,8	83,6	91,1	81,3	68,1	
3. Morbidade Hospitalar por Acidente de Trânsito				84,9	84,3	77,8	60,4	71,6	74,1	74,1	
4. Mortalidade no Trânsito	80,6	60,1	61,6	53,4	47	53,1	69	69,5	71,1		
5. Mortes a esclarecer	96,2	90,9	85,4	88,3	94,3	81,5	67,2	80,4	60,4		
6. Presos sem Condenação		61,2	74,8		68,6	73,4	81,2	77,2	80,5	81,4	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			74,9			77,4			72,6		
8. Segurança Patrimonial	69,9		97	100	73,4	100	99,4	100	100	100	
9. Segurança Pessoal	92,8		89,8	93,4	89,3	94	95	98,5	98,2	99,1	
10. Violência Sexual								54,2	50,8	66,3	
11. Feminicídio										61,7	

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Sustentabilidade Social

A **Sustentabilidade Social** é um componente essencial da competitividade de uma economia moderna, pois garante que o crescimento econômico ocorra de forma inclusiva, estável e duradoura. Economias socialmente sustentáveis criam bases sólidas para a produtividade, a inovação e a coesão social, elementos indispensáveis para competir em um mundo globalizado. Ela fortalece o capital humano, amplia a base de consumo, reduz riscos sociais e institucionais e garante que o crescimento seja inclusivo, estável e duradouro.

O pilar da sustentabilidade social foi desenvolvido com uma visão multidimensional, buscando superar abordagens que avaliam o bem-estar social apenas pela dimensão da renda. Há uma atenção especial aos grupos socialmente mais vulneráveis. Nesse contexto, o pilar representa o segundo maior peso no cálculo geral do ranking (11,7%) nesta edição.

A conexão do pilar com a competitividade é considerada absoluta. Segundo os pressupostos estabelecidos, não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes. Há, também, uma conexão com o reforço da qualidade do capital humano. A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece as chances de inserção dos indivíduos na economia, potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor.

Na edição de 2023, foram incluídos ao pilar os indicadores de Trabalho Infantil e Trabalho Escravo. Além disso, os indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica e Inserção Econômica dos Jovens deixaram de compor o pilar de Sustentabilidade Social e passaram a integrar o pilar de Capital Humano.

O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, sendo composto por indicadores que medem a capacidade do governo em adotar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. O pressuposto é que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos membros da sua comunidade política, no limite, reforçando a autonomia em relação aos governos.

O pilar está composto por 16 indicadores relacionados à saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à promoção do trabalho decente, conforme apresentado na Tabela 3. Os maiores pesos no pilar foram atribuídos aos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Mortalidade Materna, Mortalidade na Infância, Mortalidade Precoce e Desnutrição na Infância.

Tabela 3: SC no Pilar Sustentabilidade Social – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Sustentabilidade Social	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	2º
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água	12º	-	13º	15º	15º	-	-	15º	12º	-	-
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto	14º	-	9º	8º	10º	-	-	10º	9º	-	-
3. Anos potenciais de vida perdidos	5º	4º	6º	4º	5º	5º	5º	5º	5º	-	-
4. Desigualdade de renda	1º	-	1º	-	1º	-	1º	1º	1º	1º	-
5. Famílias abaixo da linha da pobreza	1º	-	1º	-	2º	-	2º	1º	4º	1º	-
6. IDH	3º	-	3º	-	-	-	3º	-	-	-	-
7. Inadequação de Moradia	-	-	-	-	8º	-	-	6º	5º	-	-
8. Mortalidade na Infância	1º	1º	1º	1º	1º	2º	1º	1º	2º	-	-
9. Mortalidade Materna	1º	1º	4º	2º	2º	1º	7º	1º	2º	-	-
10. Mortalidade Precoce	2º	2º	3º	4º	4º	4º	4º	3º	3º	-	-
11. Cobertura Vacinal	-	-	-	-	-	1º	1º	2º	9º	17º	-
12. Desnutrição na Infância	-	-	-	-	-	2º	4º	2º	2º	2º	-
13. Equilíbrio Racial	-	-	-	-	20º	18º	15º	-	-	-	-
14. Obesidade na Infância	-	-	-	-	-	3º	5º	4º	4º	7º	-
15. Trabalho Infantil	-	-	-	-	-	-	-	9º	8º	15º	-
16. Trabalho Escravo	-	-	-	-	-	-	-	15º	12º	-	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Em comparação à edição de 2024, não houve atualização dos indicadores de IDH, Equilíbrio Racial e Trabalho Escravo. A ausência de atualização deve-se à indisponibilidade de novos resultados até a etapa de coleta de dados da edição 2025.

As UFs mais bem colocadas foram DF, SC e SP, nessa ordem. Em relação à edição passada, SC caiu da primeira colocação para 2^a, o DF passou da 2^a para a 1^a e SP manteve a terceira posição. Rondônia exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 7 colocações, passando da 19^a para a 12^a. Em contrapartida, Pernambuco registrou a maior retração, caindo da 16^a para a 21^a posição.

Embora SC tenha passado para a 2^a posição neste pilar, alcançou a 1^a colocação em indicadores relevantes, como Famílias Abaixo da Linha da Pobreza e Desigualdade de Renda, além de registrar a 2^a posição em indicadores como Mortalidade Materna, Mortalidade na Infância e Desnutrição Infantil. Ocupa, ainda, a terceira melhor posição em IDH e Mortalidade Precoce.

Observa-se que o Estado avançou três posições em Famílias Abaixo da Linha da Pobreza (de 4^a para 1^a), Acesso ao Saneamento Básico – Água (de 15^a para 12^a), Equilíbrio Racial (de 18^a para 15^a) e Trabalho Escravo (de 15^a para 12^a). Também ganhou uma posição em Inadequação de Moradia (de 6^a para 5^a) e em Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto (de 10^a para 9^a). Além disso, manteve sua colocação em Desnutrição na Infância (2^a), Mortalidade Precoce (3^a), IDH (3^a), Anos Potenciais de Vida Perdidos (5^a) e Desigualdade de Renda (1^a).

O Estado, entretanto, apresentou perdas significativas na sua colocação em Cobertura Vacinal (de 9^a para 17^a) e em Trabalho Infantil (de 8^a para 15^a). Também registrou recuos de menor intensidade em Obesidade Infantil (de 4^a para 7^a), Mortalidade na Infância (de 1^a para 2^a) e Mortalidade Materna (de 1^a para 2^a).

Cabe destacar que o Estado vinha apresentando os melhores indicadores sociais do País, mantendo-se na liderança nacional em toda a série iniciada em 2015. Apenas nesta edição de 2025 essa posição deixou de ser ocupada, superada pelo DF, que possui um perfil econômico diferenciado.

Tabela 3.1: SC no Pilar Sustentabilidade Social – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Sustentabilidade Social	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	99,6
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água	75,7	-	76,8	77,3	74,2	-	-	72,7	77,4	-	-
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto	40,0	-	57,5	58,4	62,8	-	-	57,4	58,2	-	-
3. Anos potenciais de vida perdidos	86,7	90,1	88,3	88,6	87,8	84,9	86,5	87,5	88,5	-	-
4. Desigualdade de renda	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	-
5. Famílias abaixo da linha da pobreza	100,0	-	100,0	-	97,7	-	96,1	100,0	97,4	100,0	-
6. IDH	86,9	-	74,9	-	-	-	84,1	-	-	-	-
7. Inadequação de Moradia	-	-	-	-	81,9	-	-	86,2	82,1	-	-
8. Mortalidade na Infância	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	96,9	100,0	100,0	94,7	-	-
9. Mortalidade Materna	100,0	100,0	90,6	98,2	89,4	100,0	94,0	100,0	96,9	-	-
10. Mortalidade Precoce	80,6	80,6	78,6	84,3	77,5	80,7	81,8	93,3	90,7	-	-
11. Cobertura Vacinal	-	-	-	-	-	100,0	100,0	97,6	80,5	49,8	-
12. Desnutrição na Infância	-	-	-	-	-	96,1	92,4	98,8	96,6	98,5	-
13. Equilíbrio Racial	-	-	-	-	27,6	29,3	58,1	-	-	-	-
14. Obesidade na Infância	-	-	-	-	-	65,5	68,2	85,4	72,2	75,3	-
15. Trabalho Infantil	-	-	-	-	-	-	-	96,6	96,2	95,2	-
16. Trabalho Escravo	-	-	-	-	-	-	-	85,8	92,4	-	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Infraestrutura

A **Infraestrutura** é um dos pilares mais importantes da competitividade de uma economia, pois fornece a base física e tecnológica que permite o funcionamento eficiente dos mercados, a produtividade das empresas e o bem-estar da população. Ela leva à redução de custos e aumento da eficiência, gera segurança e confiabilidade energética, estimula a atração de investimentos e o crescimento local, eleva a qualidade de vida e a produtividade social e também a competitividade internacional. Nesse pilar, a infraestrutura digital e de inovação são essenciais, ao permitirem a digitalização de processos, a inovação tecnológica, o comércio eletrônico e a integração a cadeias globais de valor. Estimula, ainda, o empreendedorismo e a produtividade.

Por isso, a infraestrutura é a espinha dorsal da competitividade econômica, já que sustenta a produtividade das empresas, reduz custos, melhora a integração nacional e internacional e cria condições para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A crônica deficiência de infraestrutura representa um dos principais desafios para a melhoria da competitividade, assim como as limitações na Educação. Tal situação é reflexo direto do baixo nível de investimento em infraestrutura no País. Além disso, o contexto é agravado pela má alocação dos recursos públicos, bem como pela fragilidade das políticas regulatórias voltadas aos diferentes segmentos de infraestrutura.

Por conta de sua importância decisiva para a competitividade, a infraestrutura tem o terceiro maior peso entre os 10 pilares (11,4% do cômputo geral). São 10 os indicadores avaliados, conforme apresentado na Tabela 4.

Buscou-se, aqui, compilar indicadores de segmentos como rodovias, energia e telecomunicações, saneamento e transporte aéreo. Diferentes dimensões desses indicadores foram contempladas na metodologia, seja a pura existência ou não, assim como qualidade e custos. Nessa edição, os indicadores Backhaul de Fibra Óptica e Qualidade do Serviço de Telecomunicações não foram atualizados.

Pesos maiores foram atribuídos aos indicadores de Qualidade da Energia Elétrica, Qualidade do Serviço de Telecomunicações, e Qualidade das Rodovias, considerados os componentes mais críticos deste pilar. Já o indicador de Disponibilidade de Voos Diretos recebeu menor peso.

Tabela 4: SC no Pilar Infraestrutura – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Infraestrutura	4º	4º	3º	4º	3º	2º	3º	2º	3º	3º	4º
1. Acessib. do Serv. de Telecomunicações	7º	7º	8º	4º	4º	4º	3º	5º	5º	4º	
2. Acesso à Energia Elétrica	18º	-	6º	7º	4º	-	-	5º	5º	-	
3. Backhaul de Fibra Ótica	-	-	-	-	1º	1º	1º	-	3º	2º	
4. Custo da Energia Elétrica	11º	14º	10º	7º	3º	2º	6º	4º	2º	2º	
5. Custo de Combustíveis	4º	3º	6º	3º	3º	6º	5º	11º	11º	14º	
6. Custo de Saneamento Básico	19º	18º	18º	16º	18º	17º	21º	24º	22º		
7. Disponibilidade de Voos Diretos	10º	9º	8º								
8. Qualidade da Energia Elétrica	13º	15º	15º	14º	16º	13º	16º	14º	16º	20º	
9. Qualidade das Rodovias	17º	10º	11º	15º	15º	-	19º	11º	-	19º	
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações	8º	7º	10º	9º	5º	3º	12º	9º	-	-	

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

As Unidades da Federação mais bem posicionadas neste pilar foram São Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal e Santa Catarina, respectivamente. SP e ES mantiveram as mesmas colocações da edição anterior, enquanto o DF avançou da quinta para a terceira posição, anteriormente ocupada por SC, que passou a figurar em quarto lugar. Esse movimento resultou no rebaixamento do Paraná da quarta para a quinta colocação. O Ceará apresentou o maior avanço neste pilar, com um salto de seis posições, passando da 15ª para a 9ª colocação. O desempenho positivo esteve associado, sobretudo, à melhora relativa nos indicadores de Qualidade das Rodovias, Custo da Energia Elétrica e Qualidade do Serviço de Telecomunicações. Em contrapartida, o Rio Grande do Sul registrou a maior retração, caindo da 11ª para a 16ª posição.

Nesta edição, Santa Catarina apresentou avanços relevantes em diversos indicadores da infraestrutura. O Estado subiu três posições em Qualidade do Serviço de Telecomunicações (de 12^a para 9^a), duas posições em Custo de Saneamento Básico (de 24^a para 22^a) e uma posição nos indicadores de Disponibilidade de Voo Direto (de 9^a para 8^a), Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações (de 5^a para 4^a) e Backhaul de Fibra Ótica (de 3^a para 2^a). Este último, juntamente com o Custo de Energia Elétrica, que manteve a 2^a colocação, compõe o grupo de indicadores mais bem posicionados do Estado neste pilar.

O indicador Acesso à Energia Elétrica (5^a colocação) manteve também a mesma posição em relação ao ano anterior. No entanto, houve piora na classificação dos indicadores Qualidade das Rodovias (de 11^a para 19^a), Qualidade da Energia Elétrica (de 16^a para 20^a) e em Custo de Combustíveis (de 11^a para 14^a).

No que se refere às notas atribuídas a esses indicadores, os principais destaques foram a queda nos indicadores de Custo do Saneamento Básico, Qualidade das Rodovias e Qualidade da Energia Elétrica, bem como a alta registrada no indicador de Custo de Combustíveis, conforme apresentado na Tabela 4.1.

Tabela 4.1: SC no Pilar Infraestrutura – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Infraestrutura	68,4	65,1	65,9	61,3	54,5	67,8	73,4	72,7	61,9	59,4	63,9
1. Acessib. do Serv. de Telecomunicações	40,6	43,4	48,5	56,4	58,3	53,8	53,7	50,8	56,5	56,5	
2. Acesso à Energia Elétrica	85,4	-	98,9	97,6	99,4	-	-	94,4	95,2	-	
3. Backhaul de Fibra Ótica	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	-	97,8	99,5	
4. Custo da Energia Elétrica	42,8	40,6	52,4	73,7	89,7	88,5	72,8	83,6	97,4	98,2	
5. Custo de Combustíveis	84,2	82,2	84,6	95,4	88,7	76,9	86,0	79,2	61,5	84,4	
6. Custo de Saneamento Básico	36,2	38,6	48,7	50,0	40,2	46,6	42,6	33,2	21,7	-	
7. Disponibilidade de Voo Direto	11,0	10,8	11,2	10,9	10,5	8,9	10,1	10,4	10,7	10,5	

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
8. Qualidade da Energia Elétrica	78,2	84,0	88,6	93,0	89,2	92,3	85,4	91,0	90,8	83,6	
9. Qualidade das Rodovias	40,9	54,7	50,1	50,8	46,2	-	49,4	56,1	-	47,2	
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações	83,9	74,0	71,0	83,6	88,6	91,3	73,1	76,7	-	-	

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Solidez Fiscal

A **Solidez Fiscal** de um governo garante a estabilidade macroeconômica, a previsibilidade e a credibilidade em uma economia, condições fundamentais para o investimento, o crescimento e a geração de empregos. Por isso é considerada fundamental para a competitividade econômica, já que sustenta a confiança, reduz custos de capital e amplia a capacidade de investimentos do Estado em áreas produtivas.

O pilar da solidez fiscal foi construído sob o pressuposto de ser condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em déficits, resultando no aumento de seu endividamento e, consequentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais.

O pilar contempla nove indicadores e tem peso de 11%. Os de maior peso dentro do pilar são Solvência Fiscal, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez, Poupança Corrente e Sucesso do Planejamento Orçamentário. Os resultados para o pilar de solidez fiscal da edição de 2025 do ranking refletem os dados fiscais dos Estados no ano de 2024.

As UFs mais bem posicionadas neste pilar foram Espírito Santo, Maranhão e Mato Grosso, nessa ordem. Em relação à edição anterior, o Espírito Santo manteve a 1ª colocação, enquanto o Mato Grosso recuou uma posição para a 3ª. Já o Maranhão apresentou avanço expressivo, saltando da 20ª para a 2ª posição, e teve o maior avanço na comparação com os demais estados. Sergipe registrou o segundo maior ganho, subindo sete posições (de 11ª para 4ª). Outros quatro estados apresentaram evolução de quatro colocações: Goiás (de 9ª para 5ª), Ceará (de 16ª para 12ª), Pernambuco (de 18ª para 14ª) e Alagoas (de 21ª para 17ª).

Mato Grosso do Sul registrou a maior retração nesta edição, com perda de 11 posições, passando da 5^a para a 16^a colocação. Em seguida, aparece o Distrito Federal, que recuou 8 posições, caindo da 12^a para a 20^a, e a Bahia, que perdeu 6 colocações, passando da 3^a para a 9^a. Já Santa Catarina manteve a 7^a posição conquistada na edição de 2023. A classificação de cada indicador e as respectivas notas estão detalhadas na Tabela 5.

Tabela 5: SC no Pilar Solidez Fiscal – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Solidez Fiscal	7º	10º	7º	9º	16º	10º	13º	15º	7º	7º	7º
1. Dependência Fiscal	8º	6º	7º	7º	7º	7º	7º	5º	6º	4º	-
2. Taxa de Investimento	5º	5º	7º	13º	14º	10º	12º	8º	15º	11º	-
3. Gasto com Pessoal	-	-	-	15º	12º	14º	20º	19º	17º	15º	-
4. Índice de Liquidez	-	-	-	-	5º	5º	2º	7º	5º	1º	-
5. Poupança Corrente	-	-	-	18º	12º	10º	14º	12º	6º	8º	-
6. Regra de Ouro	-	-	-	-	11º	15º	12º	6º	13º	10º	-
7. Resultado Primário	19º	21º	18º	16º	16º	17º	19º	17º	8º	10º	-
8. Solvência Fiscal	12º	16º	16º	23º	23º	22º	23º	21º	20º	16º	-
9. Sucesso do Planej. Orçamentário	19º	19º	19º	15º	16º	19º	15º	9º	18º	25º	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Nesta edição, os maiores avanços de Santa Catarina ocorreram nos indicadores Índice de Liquidez (de 5^a para 1^a posição), Solvência Fiscal (de 20^a para 16^a) e Taxa de Investimentos (de 15^a para 11^a). Também foram registrados progressos em Regra de Ouro (de 13^a para 10^a), Dependência Fiscal (de 6^a para 4^a) e Gasto com Pessoal (de 17^a para 15^a). Por outro lado, o Estado apresentou declínios no Sucesso do Planejamento Orçamentário (de 18^a para 25^a), no Resultado Primário (de 8^a para 10^a) e na Poupança Corrente (de 6^a para 8^a).

Tabela 5.1: SC no Pilar Solidez Fiscal – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Solidez Fiscal	93,2	64,5	76,4	80,9	60,2	67,5	75,5	65,8	73,2	63,4	62,0
1. Dependência Fiscal	71,2	76,6	80,0	82,7	76,6	75,2	74,2	80,3	82,7	81,3	-
2. Taxa de Investimento	53,6	66,5	60,1	30,8	30,3	43,4	30,0	60,9	28,0	40,2	-
3. Gasto com Pessoal	-	-	-	62,5	63,7	72,5	61,5	61,5	58,1	63,4	-
4. Índice de Liquidez	-	-	-	-	93,8	95,3	99,8	95,6	97,4	100	-
5. Poupança Corrente	-	-	-	40,9	39,4	38,6	38,6	48,7	50,7	55,4	-
6. Regra de Ouro	-	-	-	-	64,5	51,3	37,4	58,9	64,4	40,4	-
7. Resultado Primário	13,9	29,1	45,7	33,4	27,7	12,8	25,0	48,7	45,0	55,8	-
8. Solvência Fiscal	79,8	81,8	83,0	65,0	69,6	73,4	66,4	70,1	74,6	81,1	-
9. Sucesso do Planej. Orçamentário	51,9	58,0	51,3	69,2	55,6	50,3	55,9	69,0	58,4	8,2	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Educação

A **Educação** é um fator decisivo para a competitividade de uma economia, pois forma o capital humano – o principal motor da produtividade, da inovação e do desenvolvimento sustentável. Sem uma base educacional sólida, nenhum país consegue manter crescimento de longo prazo nem competir em um mundo cada vez mais baseado em conhecimento e tecnologia. É, portanto, a base da competitividade econômica. Ela impulsiona a produtividade, promove a inovação, reduz desigualdades e fortalece as instituições, criando as condições necessárias para um crescimento sustentável, inclusivo e de longo prazo.

O pilar Educação, por sua importância, tem um dos maiores pesos do ranking (11,4%), sendo complementado ainda pelo pilar Capital Humano, com 7,6% do peso total. Enquanto o primeiro avalia as condições atuais da educação, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho.

As deficiências na educação estão entre os maiores desafios para a melhoria da competitividade nacional. Há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas, que vão além da melhoria da qualificação e remuneração dos docentes, entre as quais, a melhoria da gestão das unidades educacionais que deveriam estar no centro das prioridades.

Além de indicadores que medem a qualidade da educação e da universalização do atendimento, este pilar também inclui o indicador de 'avaliação da educação', premiando as UFs que possuem um programa estadual de avaliação da educação básica. Este indicador premia as que possuem uma avaliação estadual e que o façam de forma frequente. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no Estado. Para a construção deste indicador, o CLP utilizou informações dos portais de cada programa de avaliação estadual, que são checadas com as secretarias estaduais de educação.

Este pilar é composto por 7 indicadores, conforme apresentado na Tabela 6. Os de maior peso são a Taxa de Atendimento do Ensino Infantil, a Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e o Índice de Oportunidade da Educação.

Tabela 6: SC no Pilar Educação – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Educação	4º	3º	3º	3º	3º	2º	2º	3º	5º	9º	9º
1. Avaliação da Educação	21º	22º	22º	20º	19º	12º	1º	8º	21º	26º	24º
2. ENEM	6º	-	1º	4º	4º	-	-	4º	3º	2º	-
3. IDEB	2º	-	2º	-	6º	-	5º	-	6º	-	-
4. Índice de Oportunidade da Educação	3º	-	5º	-	6º	-	4º	-	3º	-	-
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	2º	-	2º	2º	1º	-	3º	2º	2º	2º	-
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio	7º	-	4º	3º	6º	-	4º	11º	10º	9º	-
7. Tx de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	6º	-	7º	9º	10º	-	10º	14º	18º	23º	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram SP, DF e MG, nessa ordem. Em relação à edição passada, São Paulo e Minas Gerais mantiveram a mesma posição, enquanto o Distrito Federal subiu da 4^a para a 2^a colocação. Mato Grosso apresentou o maior avanço no pilar, com um salto de 8 posições, passando da 16^a para a 8^a. Já quatro estados perderam 3 posições no ranking: Alagoas (17^a para 20^a); Ceará (de 2^a para 5^a); Paraíba (de 14^a para 17^a) e Rio de Janeiro (de 12^a para 15^a).

Nesta edição, SC manteve a 9^a posição no pilar, mesma colocação da edição anterior. Vale lembrar que, desde 2022, o Estado vem apresentando queda em relação ao bom desempenho dos anos anteriores. O melhor desempenho de SC na série histórica ocorreu em 2020 e 2021, edições em que ocupava a 2^a posição.

Os indicadores que avançaram entre 2024 e 2025 foram: ENEM (de 3^a para 2^a colocação), Avaliação da Educação (de 26^a para 24^a) e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio (de 10^a para 9^a posição). Houve, no entanto, piora significativa na Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (de 18^a para 23^a posição) e também na nota do IDEB (de 5^a para 6^a posição). O Estado manteve a 2^a colocação na Taxa de Atendimento do Ensino Infantil, que, junto com o ENEM, representa sua melhor posição no pilar. No Índice de Oportunidade da Educação, Santa Catarina ocupa a terceira posição, mas não houve atualização do indicador.

Tabela 6.1: SC no Pilar Educação – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Educação	84,1	85,7	83,1	86,0	82,0	86,4	86,7	92,6	73,4	63,6	68,1
1. Avaliação da Educação	0,0	0,0	0,0	10,0	20,0	70,0	100,0	80,0	30,0	0,0	40,0
2. ENEM	71,6	-	100,0	92,4	92,4	-	-	90,6	92,0	99,1	-
3. IDEB	96,2	-	97,1	-	78,6	-	84,7	-	72,4	-	-
4. Índice de Oportunidade da Educação	92,9	-	78,4	-	78,9	-	83,5	-	92,3	-	-
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	94,8	-	96,9	98,0	100,0	-	92,6	95,2	95,2	91,3	-
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio	61,7	-	71,8	84,1	75,9	-	89,4	61,7	48,3	62,8	-
7. Tx de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	93,2	-	81,8	69,4	68,9	-	72,8	63,8	55,7	5,7	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Eficiência da Máquina Pública

A abordagem no pilar da **Eficiência da Máquina Pública** está entre as motivações centrais da construção do ranking, uma vez que incentiva a construção de um bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública são considerados centrais na competitividade e também instrumentos fundamentais na qualidade da democracia.

A melhoria da eficiência da máquina governamental é vista como condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento.

Sob a ótica da competitividade, o CLP destaca que a ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica é considerada dependente de um ambiente positivo ao investimento e à inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 10% no ranking final, são avaliados 11 indicadores apresentados na tabela 7. Os de maior peso são Eficiência do Judiciário, Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, Custo do Legislativo/PIB e Custo do Executivo/PIB. Nesta edição não houve atualização dos indicadores Eficiência do Judiciário, Índice de Transparência e Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário, pois os dados não foram disponibilizados pela Controladoria Geral da União (CGU).

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram RS, SP e PR, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Rio Grande do Sul manteve sua posição, enquanto São Paulo registrou o maior avanço do pilar, subindo 11 colocações (da 13^a para a 2^a posição). Já o Paraná apresentou uma leve queda, passando da 2^a para a 3^a colocação. O destaque de São Paulo deve-se, sobretudo, à melhora nos indicadores de Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual, Qualidade da Informação Contábil e Fiscal e Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual.

SC apresentou a maior retração no pilar, com recuo de 7 posições, passando da 3^a para a 10^a colocação nesta edição. Apesar disso, o Estado registrou avanços pontuais: os indicadores de Custo do Judiciário/PIB e Custo do Legislativo/PIB subiram da 7^a para a 6^a posição, enquanto o Custo do Executivo/PIB manteve-se estável na 10^a colocação.

No entanto, na maioria dos indicadores o desempenho foi negativo. As maiores perdas ocorreram em Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual, com queda de 19 posições (da 2^a para a 21^a), em Índice de Transparência, onde passou da 4^a para a 15^a colocação, e em Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário, que recuou

da liderança (1^a para a 8^a posição). Também houve queda em Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual (da 7^a para a 13^a). Adicionalmente, o Estado registrou recuos em Oferta de Serviços Públicos Digitais (da 13^a para 17^a), Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (da 4^a para 7^a), Prêmio Salarial Público-Privado (da 7^a para 8^a) e Eficiência do Judiciário (da 15^a para 16^a).

Tabela 7: SC no Pilar Eficiência da Máquina Pública – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Eficiência da Máquina Pública	4º	7º	7º	8º	7º	1º	2º	1º	3º	3º	10º
1. Custo do Executivo/PIB	12º	9º	10º	10º	9º	9º	9º	7º	10º	10º	-
2. Custo do Judiciário/PIB	6º	5º	7º	6º	-						
3. Custo do Legislativo/PIB	6º	6º	5º	6º	5º	4º	3º	3º	7º	6º	-
4. Eficiência do Judiciário	24º	24º	25º	-	18º	7º	15º	-	16º	-	-
5. Índice de Transparência	-	13º	-	4º	-	15º	-	-	-	-	-
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	-	-	-	-	1º	-	5º	7º	8º	13º	17º
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário	-	-	-	-	8º	1º	1º	8º	-	-	-
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal	-	-	-	-	10º	2º	2º	4º	7º	-	-
9. Prêmio Salarial Público-Privado	-	-	-	-	6º	-	9º	9º	7º	8º	-
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	-	-	-	-	8º	-	16º	7º	7º	13º	-
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Pública Estadual	-	-	-	-	10º	-	3º	8º	2º	21º	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 7.1: SC no Pilar Eficiência da Máquina Pública – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Eficiência da Máquina Pública	93,9	92,7	86,4	77,7	82,5	100,0	99,2	100,0	92,3	91,1	74,7
1. Custo do Executivo/PIB	90,5	92,0	91,8	87,5	86,4	86,9	86,6	87,3	89,2	89,6	-
2. Custo do Judiciário/PIB	94,0	92,8	88,9	91,5	91,5	94,0	86,1	83,0	86,0	84,4	-
3. Custo do Legislativo/PIB	88,0	93,4	94,1	92,2	94,4	95,4	96,0	96,0	94,3	95,1	-
4. Eficiência do Judiciário	15,7	13,7	5,5	-	25,9	72,8	31,7	-	28,8	-	-
5. Índice de Transparência	-	97,2	-	93,4	-	84,5	-	-	-	-	-
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	-	-	-	-	100,0	-	88,7	69,5	68,8	72,6	44,4
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário	-	-	-	-	96,6	100,0	100,0	68,4	-	-	-
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal	-	-	-	-	80,7	99,3	94,8	95,1	93,7	-	-
9. Prêmio Salarial Público-Privado	-	-	-	-	65,7	-	46,5	50,9	65,3	57,5	-
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	-	-	-	-	74,5	-	62,8	79,2	84,6	76,0	-
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Pública Estadual	-	-	-	-	75,0	-	97,1	78,2	95,8	36,9	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Sustentabilidade Ambiental

A **Sustentabilidade Ambiental** passou a ser um dos pilares centrais da competitividade de uma economia moderna. Ela não é apenas uma questão ética ou ecológica, mas também econômica e estratégica, pois impacta diretamente os custos de produção, o acesso a mercados, a inovação tecnológica e a reputação internacional de países e empresas. Tornou-se, portanto, um ativo econômico estratégico, já que aumenta a eficiência, impulsiona a inovação, atrai investimentos e garante o uso racional dos recursos que sustentam a própria base produtiva. Em um mundo que exige baixo carbono e responsabilidade ecológica, ser sustentável é ser competitivo.

No que se refere ao pilar da sustentabilidade ambiental, a abordagem adotada pressupõe que o padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, expressas em custos e prejuízos econômicos concretos. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento.

O peso do pilar no ranking é de 9,2%, sendo que é composto por 13 indicadores. Os indicadores Emissões de CO₂, Desmatamento, Tratamento de Esgoto e Perda de água são os de maior peso no Pilar.

Tabela 8: SC no Pilar Sustentabilidade Ambiental – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Sustentabilidade Ambiental	15º	9º	11º	8º	10º	8º	4º	4º	5º	10º	7º
1. Destinação inadequada do Lixo									2º	-	-
2. Emissões de CO ₂	13º	14º	12º	8º	4º	16º	16º	12º	9º	-	-
3. Perda de Água	-	-	9º	7º	6º	4º	4º	8º	6º	-	-
4. Serviços Urbanos	10º	8º	11º	22º	14º	12º	17º	11º	12º	-	-
5. Tratamento de Esgoto	16º	17º	19º	19º	15º	15º	16º	14º	19º	-	-
6. Coleta Seletiva de Lixo	-	-	-	-	2º	2º	3º	-	3º	-	-
7. Desmatamento										5º	-

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
8. Reciclagem de Lixo	-	-	-	-	3º	3º	3º	5º	3º	-	-
9. Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	22º	11º	18º	15º	9º	-	-
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	-	-	-	-	-	21º	15º	23º	23º	22º	-
11. Variação do Desmatamento										15º	-
12. Área Protegida na Esfera Estadual										20º	-
13. Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais										10º	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram DF, PR e SP, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Distrito Federal avançou 6 posições, passando da 7ª para a 1ª colocação. O Paraná perdeu a liderança e ficou em 2º lugar, enquanto São Paulo cedeu a vice-liderança, ocupando agora a 3ª posição. Sergipe registrou o maior avanço no pilar, com um salto de 13 colocações (da 24ª para a 11ª). O desempenho do Estado se deve, em especial, à melhora nos indicadores de Recuperação de Áreas Degradadas (+7 posições) e de Perda de Água (+4 posições). Por outro lado, o Rio de Janeiro apresentou a maior retração no pilar, com queda de 10 posições, passando da 5ª para a 15ª colocação.

SC apresentou melhora em Sustentabilidade Ambiental nesta edição do Ranking, após ter perdido cinco posições na edição anterior. O Estado avançou da 10ª para a 7ª colocação nesse pilar.

Os indicadores em que o Estado apresentou melhor desempenho, considerando os dados mais recentes, foram: Destinação Inadequada do Lixo (mantendo a 2ª colocação), Coleta Seletiva de Lixo (mantendo a 3ª colocação) e Reciclagem de Lixo (avançando da 5ª para a 3ª posição).

O indicador de Recuperação de Áreas Degradadas foi o que apresentou o melhor desempenho, com avanço da 15ª para a 9ª colocação. Em Emissões de CO₂, o Estado também evoluiu, passando da 12ª para a 9ª posição. Em Perda de Água, houve melhora da 8ª para a 6ª colocação, enquanto em Reciclagem de Lixo o Estado subiu do 5º para o 3º lugar. Já em Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento, SC registrou avanço mais modesto, saindo da 23ª para a 22ª posição.

Nos demais indicadores deste pilar, SC ou perdeu ou manteve sua posição relativa. Houve queda em Tratamento de Esgoto (da 14^a para a 19^a colocação) e em Serviços Urbanos (da 11^a para a 12^a). O Estado manteve a 3^a posição na Coleta Seletiva de Lixo. Em Desmatamento ocupou a 5^a colocação, em Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais (10^a), em Variação do Desmatamento (15^a) e em Área Protegida na Esfera Estadual (20^a).

Tabela 8.1: SC no Pilar Sustentabilidade Ambiental – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Sustentabilidade Ambiental	40,8	57,9	57,1	65,2	61,0	66,6	72,6	80,7	72,6	68,6	68,4
1. Destinação inadequada do Lixo									98,6	-	-
2. Emissões de CO2	63,0	62,9	60,4	67,0	95,0	64,5	59,7	63,7	55,1	-	-
3. Perda de Água	-	-	79,0	89,8	88,1	86,6	88,1	85,2	78,2	-	-
4. Serviços Urbanos	45,2	35,1	43,3	14,2	53,7	58,4	40,5	65,3	68,3	-	-
5. Tratamento de Esgoto	28,6	25,7	27,2	25,1	29,4	27,1	29,1	36,7	22,6	-	-
6. Coleta Seletiva de Lixo	-	-	-	-	85,1	84,5	82,2	-	81,4	-	-
7. Desmatamento										99,4	-
8. Reciclagem de Lixo	-	-	-	-	92,6	90,7	47,5	45,6	71,6	-	-
9. Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	1,6	34,7	5,9	36,1	49,1	-	-
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	-	-	-	-	-	0,0	37,5	0,0	0,0	0,0	-
11. Variação do Desmatamento										71,5	-
12. Área Protegida na Esfera Estadual										4,5	-
13. Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais										59,3	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Capital Humano

No que se refere ao pilar **Capital Humano**, o método pressupõe que o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento do País. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Capital Humano é definido como estoque de conhecimento, habilidades e características pessoais que influenciam na produtividade. Tais recursos podem ser adquiridos ou aprimorados pela via da educação formal. No entanto, não se deve descartar o aprendizado prático proveniente da inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Por meio de seus nove indicadores apresentados na Tabela 9, o pilar avalia o nível educacional da mão de obra, aspectos ligados à inserção no mercado de trabalho e os impactos sobre a produtividade da economia. Embora não esteja entre os de maior peso (7,6%), isso se justifica em função da sua complementaridade com a Educação (11,4%).

Tabela 9: SC no Pilar Capital Humano – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Capital Humano	3º	6º	3º	5º	7º	5º	15º	24º	1º	1º	1º
1. Custo de Mão de Obra	23º	22º	23º	23º	22º	23º	24º	24º	24º	24º	
2. PEA com Ensino Superior	5º	-	5º	6º	4º	4º	5º	5º	9º	4º	
3. Produtividade do Trabalho	5º	4º	4º	6º	4º	7º	6º	6º	6º	6º	
4. Qualificação dos Trabalhadores	4º	-	5º	5º	5º	5º	5º	5º	6º	5º	
5. Formalidade do Mercado de Trabalho	1º	-	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	
6. Inserção Econômica	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	3º	3º	
7. Inserção Econômica dos Jovens	1º	-	1º	1º	1º	-	1º	1º	1º	1º	
8. Desocupação de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	7º	7º	7º	
9. Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	-	-	-	-	-	-	-	2º	1º	1º	

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Aqui foram considerados indicadores de custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que tiveram o maior peso, e qualificação dos trabalhadores que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada estado, é também um indicador relevante na decisão de investimentos por parte das empresas.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SC, MS e MT, nessa ordem. Em relação à edição anterior, Santa Catarina manteve a sua posição na liderança do pilar, Mato Grosso do Sul avançou uma posição para se posicionar na vice-liderança e Mato Grosso avançou 3 posições, sendo o estado que teve o maior avanço, ocupando a 3^a posição. O Estado apresentou melhora relativa, em especial, nos indicadores Desocupação de Longo Prazo e Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas. O DF foi a unidade que teve o maior recuo nessa avaliação, passando da 2^a posição para a 8^a.

SC lidera os indicadores de Formalidade no Mercado de Trabalho e Inserção Econômica de Jovens, mantendo a 1^a colocação em toda a série histórica. Desde 2023, também ocupa a liderança em Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas. O Estado apresentou, ainda, avanços relevantes em PEA com Ensino Superior, subindo cinco posições (da 9^a para a 4^a), e em Qualificação dos Trabalhadores, com ganho de uma posição (da 6^a para a 5^a).

Nesta edição, SC não perdeu posições nos indicadores deste pilar. Além de manter a liderança nos três indicadores já mencionados, o Estado preservou suas colocações em Inserção Econômica (3^a), Produtividade do Trabalho (6^a), Desocupação de Longo Prazo (7^a) e Custo da Mão de Obra (24^a).

Tabela 9.1: SC no Pilar Capital Humano – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Capital Humano	57,2	68,0	70,4	53,8	53,4	45,6	37,9	10,7	100,0	100,0	100,0
1. Custo de Mão de Obra	58,7	60,5	58,7	59,1	56,5	54,4	51,0	51,7	52,7	51,9	
2. PEA com Ensino Superior	40,6	-	42,5	42,6	41,6	42,3	39,7	36,3	33,4	41,9	
3. Produtividade do Trabalho	38,2	38,3	34,9	31,1	34,2	22,8	26,1	32,6	37,4	33,9	
4. Qualificação dos Trabalhadores	65,3	-	61,3	60,1	61,5	57,7	51,9	47,2	48,0	54,6	
5. Formalidade do Mercado de Trabalho	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
6. Inserção Econômica	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	94,1	97,8	
7. Inserção Econômica dos Jovens	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	
8. Desocupação de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	75,7	82,7	75,2	
9. Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	-	-	-	-	-	-	-	99,6	100,0	100,0	

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Potencial do Mercado

No pilar **Potencial do Mercado** foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e o crescimento potencial da força de trabalho nos próximos 10 anos.

Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de destinação de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores UFs. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo. Já os indicadores de crédito são determinantes para a evolução do investimento e consumo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar, evitando que os maiores Estados em termos de PIB adquiram uma vantagem excessiva no ranking. Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (8,2%).

Vale destacar, ainda, que o indicador Taxa de Crescimento considera a média das variações do PIB real dos últimos 4 anos, sendo as taxas de 2021 e 2022 as últimas divulgadas oficialmente pelo IBGE. Para os anos seguintes, a Tendências Consultoria Integrada estimou as taxas.

O pilar é composto por sete indicadores (Tabela 10) sendo que quatro deles foram introduzidos na edição de 2023: Comprometimento da Renda, Qualidade de Crédito para Pessoa Física, Volume de Crédito e Inadimplência.

Tabela 10: SC no Pilar Potencial de Mercado – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Potencial de Mercado	19º	19º	10º	8º	8º	5º	7º	4º	4º	10º	3º
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	15º	15º	15º	16º	16º	16º	16º	15º	15º	4º	-
2. Tamanho de mercado	7º	6º	-								
3. Taxa de crescimento	17º	10º	7º	6º	3º	6º	2º	8º	17º	12º	-
4. Comprometimento de Renda	-	-	-	-	-	-	-	20º	18º	17º	-
5. Qualidade de Crédito para Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	11º	14º	14º	-
6. Volume de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	4º	7º	9º	-
7. Inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	2º	2º	1º	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram RR, TO e SC, nessa ordem. Em relação à edição passada, Roraima avançou da 3ª para a 1ª posição, Tocantins caiu da liderança para o 2º lugar e Santa Catarina subiu da 10ª para a 3ª colocação.

A Paraíba registrou o maior avanço no pilar, com um salto de 9 posições, passando da 16ª para a 7ª colocação. O Estado apresentou melhora expressiva nos indicadores de Taxa de Crescimento (+14 posições) e Crescimento Potencial da Força de Trabalho (+10 posições), além de um avanço no indicador de Tamanho de Mercado, que subiu da 20ª para a 19ª posição. Por outro lado, Mato Grosso do Sul apresentou a maior retração no pilar, com queda de 10 posições, passando da 13ª para a 23ª colocação.

Neste pilar, SC avançou da vice-liderança para a liderança no indicador de Inadimplência, além de registrar ganhos expressivos em Crescimento Potencial da Força de Trabalho (da 15ª para a 4ª posição) e em Taxa de Crescimento (da 17ª para a 12ª). O Estado também melhorou em Comprometimento de Renda, subindo da 18ª para a 17ª colocação. Além disso, manteve as mesmas posições da edição anterior em Tamanho do Mercado (6ª) e em Qualidade de Crédito para Pessoa Física (14ª). O único recuo ocorreu em Volume de Crédito, com queda de duas posições (da 7ª para a 9ª).

Tabela 10.1: SC no Pilar Potencial de Mercado – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Potencial de Mercado	53,9	28,9	43,8	51,8	45,7	61,0	51,9	66,7	90,8	59,3	75,8
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	38,7	39,0	39,8	24,3	28,1	32,5	35,8	35,9	36,1	43,1	-
2. Tamanho de mercado	12,1	12,6	12,7	12,6	12,9	13,5	13,8	14,1	14,9	14,7	-
3. Taxa de crescimento	36,6	48,6	52,9	67,0	77,4	62,0	87,2	54,1	31,6	48,4	-
4. Comprometimento de Renda	-	-	-	-	-	-	-	69,2	71,3	72,4	-
5. Qualidade de Crédito para Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	82,9	47,8	51,0	-
6. Volume de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	68,7	62,1	64,0	-
7. Inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	94,6	85,1	100,0	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Inovação

A **Inovação** é compreendida como um processo de criar, aprimorar ou aplicar algo novo, seja um produto, um serviço, um processo ou um modelo de negócio ou tecnologia, que gera valor real para a sociedade, para as empresas ou para a economia.

A inovação impulsiona a produtividade, estimula novos setores, aumenta o valor agregado dos produtos e permite que países e empresas se destaquem e liderem em um mercado global em constante transformação. A inovação tecnológica e organizacional permite produzir mais com menos recursos. Permite reduzir custos, aumentar a qualidade e fortalecer a competitividade internacional. É a base da diversificação econômica, permite o surgimento de setores como economia digital, biotecnologia, energia limpa, inteligência artificial e outros. Estimula o empreendedorismo e o desenvolvimento de modelos de negócio disruptivos, ampliando a base produtiva e promovendo empregos

qualificados. Economias inovadoras conseguem agregar mais valor às suas exportações e reduzir a dependência de commodities. Em um mundo globalizado, a capacidade de inovar define o posicionamento de um país nas cadeias globais de valor. Nações líderes em inovação são também as mais competitivas, sendo, portanto, um diferencial estratégico de soberania econômica e tecnológica.

Economias inovadoras são também mais resilientes a crises, pois conseguem adaptar-se mais rapidamente a novas condições de mercado, tecnologias e demandas sociais e proporcionam uma competitividade duradoura.

O pilar da inovação é, portanto, compreendido como aquele que envolve aspectos relacionados à introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral.

O CLP pontua que a teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo. Isto porque ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é por acaso que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas federais e estaduais.

O pilar Inovação tem peso 6,9% no cômputo geral e contempla sete indicadores com pesos semelhantes (Tabela 11). Dois indicadores foram introduzidos na edição de 2023: Informação e Comunicação e Empresas de Alto Crescimento.

Tabela 11: SC no Pilar Inovação – Classificação por Indicador no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Classificação por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Inovação	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	4º	3º	4º	2º
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	-	-	7º	13º	-	10º	9º	9º	12º	12º	
2. Estrutura de Apoio à Inovação	-	-	-	-	1º	1º	3º	4º	5º	4º	6º
3. Investimentos Públicos em P&D	6º	11º	10º	8º	7º	7º	-	7º	10º	-	-
4. Patentes	-	1º	2º	2º	2º	-	3º	2º	3º	-	-
5. Pesquisa Científica	-	-	-	-	14º	-	-	-	11º	12º	-
6. Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	3º	4º	2º	-	-	-
7. Empresas de Alto Crescimento	-	-	-	-	-	20º	20º	12º	-	-	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

As UFs mais bem colocadas neste pilar foram RS, SC e SP, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Rio Grande do Sul manteve a liderança, enquanto Santa Catarina subiu da 4ª para a 2ª posição, assumindo a vice-liderança antes ocupada por São Paulo, que caiu para o 3º lugar. O maior avanço foi registrado por Alagoas, que deu um salto de 10 posições e alcançou a 5ª colocação no pilar. O Estado passou a liderar os indicadores de Bolsa de Mestrado e Doutorado (da 2ª para a 1ª posição) e de Estrutura de Apoio à Inovação (da 16ª para a 1ª), além de avanços expressivos em Empresas de Alto Crescimento, Informação e Comunicação e Patentes. Por outro lado, os maiores recuos foram do Rio de Janeiro (15º) e Amapá (23º), ambos com queda de 7 posições.

Nesta edição, Santa Catarina registrou seu melhor desempenho em toda a série histórica, alcançando a vice-liderança. O Estado ocupou a 3ª colocação no pilar na maioria dos anos, com exceção de 2022 e 2024, quando caiu uma posição.

A melhor colocação do Estado foi em Informação e Comunicação, onde subiu da 4^a para a 2^a posição. O maior avanço ocorreu em Empresas de Alto Crescimento, com salto da 20^a para a 12^a colocação. Houve, ainda, melhorias em Estrutura de Apoio a Inovação, passando do 4º para o 6º lugar. Esse indicador relaciona o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) para cada 1 milhão de habitantes e demonstra a estrutura de apoio à inovação.

O Estado manteve sua posição em Bolsa de Mestrado e Doutorado (12^a). Em contrapartida, o maior recuo ocorreu em Investimentos Públicos em P&D, que caiu da 7^a para a 10^a colocação. Houve, ainda, queda de uma posição em Patentes (da 2^a para a 3^a) e em Pesquisa Científica (da 11^a para a 12^a).

Tabela 11.1: SC no Pilar Inovação – Nota Atribuída no período de 2015 a 2025

Pilar e Indicadores	Nota Atribuída por ano										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Inovação	62,3	64,9	62,2	65,5	90,8	85,4	92,9	82,4	82,1	85,5	93,2
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	-	-	65,4	38,0	-	44,4	68,7	62,2	47,8	59,2	
2. Estrutura de Apoio à Inovação	-	-	-	-	100,0	100,0	93,8	83,2	73,2	76,2	61,8
3. Investimentos Públicos em P&D	31,1	18,9	19,6	21,2	27,7	27,1	-	23,8	36,3	-	-
4. Patentes	-	100,0	83,3	94,4	93,7	-	70,0	78,3	83,9	-	-
5. Pesquisa Científica	-	-	-	-	43,5	-	-	-	43,8	43,6	-
6. Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	59,6	45,0	58,3	-	-	-
7. Empresas de Alto Crescimento	-	-	-	-	-	13,6	12,9	50,4	-	-	-

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Considerações finais

O Ranking de Competitividade elaborado pelo CLP permite uma análise profunda e abrangente dos estados, constituindo-se em uma excelente ferramenta de controle e acompanhamento da gestão pública. Permite identificar as áreas que precisam de melhorias e a definição de prioridades na atuação das instituições governamentais, estimulando a elevação do padrão de competitividade entre os estados.

Desde a primeira edição do Ranking, em 2011, quando Santa Catarina ocupava o 7º lugar, o estado avançou cinco posições e se consolidou como uma liderança competitiva.

Santa Catarina é o estado mais seguro do Brasil e ocupa a primeira posição no pilar de Segurança Pública pelo sétimo ano consecutivo. A consolidação desses resultados sinaliza que o estado tem potencial para alcançar padrões de excelência internacional. Para tanto, a orientação aponta para o aprimoramento da prevenção no trânsito, fortalecimento do sistema de justiça e redução de todos os tipos de violência.



Em Infraestrutura, o Estado ficou na 4^a posição, uma colocação relativamente boa, apesar de ter recuado uma posição em relação à edição anterior. SC teve avanços em indicadores como Backhaul de Fibra Óptica, Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações, Custo de Saneamento Básico e Disponibilidade de Voos Diretos. Os resultados apontam para a importância estratégica de acelerar investimentos na qualidade de energia, qualidade das rodovias, fortalecimento da matriz de transporte, expansão de modais como ferrovias, cabotagem e aviação. Assim, o estado pode aumentar ainda mais a sua eficiência em locomoção, logística e competitividade.

Ocupamos a 2^a posição no pilar de Sustentabilidade Social, que reúne significativos indicadores sociais. O Estado mantém a menor Desigualdade de Renda do país e passou a liderar o indicador Famílias Abaixo da Linha da Pobreza. Também houve avanço nos indicadores de Trabalho Escravo, Equilíbrio Racial e Acesso ao Saneamento Básico – Água, em Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto e em Inadequação de Moradia. Mantemos a vice-liderança em Desnutrição na Infância e a terceira posição em Mortalidade Precoce e IDH. Nesta edição, recuamos uma posição no pilar e em alguns indicadores específicos. Os dados orientam para a ampliação da cobertura vacinal, fortalecimento da proteção à infância, à maternidade e à conscientização da população sobre os riscos da obesidade infantil.

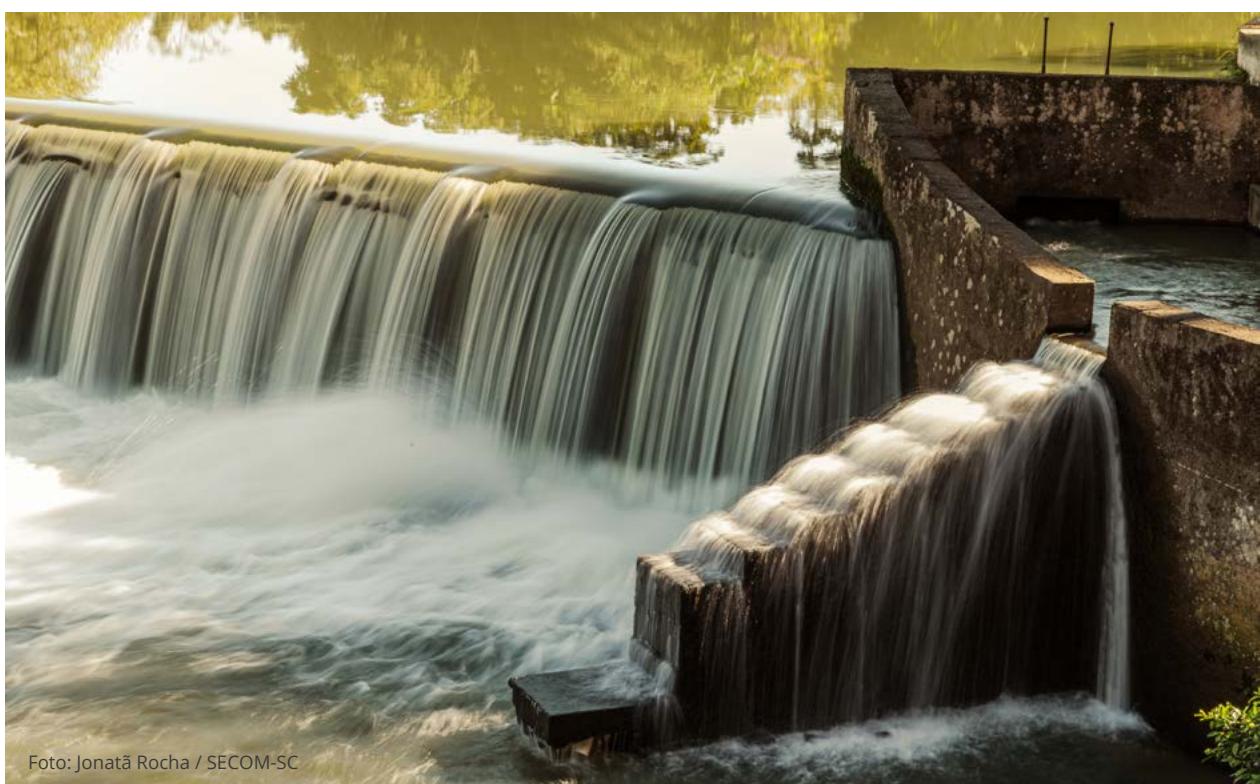
Em Solidez Fiscal, Santa Catarina manteve a 7^a colocação em relação à edição anterior. Dos nove indicadores que compõem o pilar, o Estado apresentou melhora em seis deles. O destaque foi o avanço de quatro posições em Solvência Fiscal, em Taxa de Investimentos e em Índice de Liquidez, alcançando sua melhor marca na série histórica. Também houve evolução em Regra de Ouro, em Dependência Fiscal e em Gasto com Pessoal. Mas atenção especial precisa ser dada nas questões relacionadas à Solvência Fiscal, aos Gastos com Pessoal, ao Sucesso do Planejamento Orçamentário e às Taxas de Investimentos, indicadores em que o estado não está bem posicionado.

Atenção especial deve ser direcionada, também, ao pilar Educação, dada a importância para o desenvolvimento de um país ou região. Embora Santa Catarina tenha mantido sua posição nesta edição, os indicadores sinalizam para a necessidade de intensificar ações para elevar a qualidade do ensino e aprendizado, bem como ampliar a permanência escolar no ensino fundamental e médio.

No pilar Sustentabilidade Ambiental, Santa Catarina avançou três posições nesta edição, subindo para a 7^a colocação, após dois anos consecutivos de retrocesso. O maior avanço neste pilar foi observado no indicador Recuperação de Áreas Degradadas, com ganho de seis posições, seguido por Emissões de CO₂, que subiu três posições. Também houve avanço em Perda de Água e em Reciclagem de Lixo, além de uma melhora em Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento. Em seis indicadores, o Estado manteve a mesma posição da edição anterior, registrando retração em dois. As piores classificações permanecem em Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento, Área Protegida na Esfera Estadual e Tratamento de Esgoto.

**A importância desse pilar é cada vez maior,
pois elevar a sustentabilidade ambiental
tornou-se estratégico para o desenvolvimento
empresarial e deve passar pela priorização
de investimentos alinhados à estratégia ESG.**

Essa estratégia, que aborda aspectos sociais, ambientais e de governança, é uma métrica que se refere às boas práticas de negócios que visam critérios de sustentabilidade. Essa linha de ação passa não só por desenvolver produção descarbonizada e verde, mas também por promover maior proteção ao meio ambiente e elevar a diversidade. Afinal, o mundo caminha nessa direção.



Em Eficiência da Máquina Pública, Santa Catarina caiu da 3^a para a 10^a colocação, após ter liderado o pilar em 2022. Para voltar à liderança, cabe ressaltar que o governo está ampliando a digitalização dos serviços, buscando eficiência do judiciário, aprimorando a transparência, e revendo as questões relacionadas à gestão de pessoas.

Em Capital Humano, Santa Catarina ocupa o 1º lugar nacional, mantendo a liderança no pilar. O Estado preservou sua posição em sete indicadores e registrou avanço em dois deles. SC demonstrou alta competitividade nos indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica, Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas, PEA com Ensino Superior e Qualificação dos Trabalhadores. Os indicadores apontam necessidades de progressos em Custo da Mão de Obra e Desocupação de Longo Prazo.

No pilar Potencial de Mercado, Santa Catarina figura na 3^a posição nacional, apresentando um expressivo crescimento, de sete posições, em relação à edição anterior. O Estado avançou em quatro indicadores, manteve sua posição em dois e registrou queda em apenas um. Os melhores desempenhos foram nos indicadores de Inadimplência, Crescimento Potencial da Força de Trabalho e Tamanho do Mercado. As piores colocações permanecem em Comprometimento da Renda, Qualidade de Crédito para Pessoa Física e Taxa de Crescimento .



Foto: Roberto Zacarias / SECOM-SC

Por fim, no pilar Inovação Santa Catarina avançou para a vice-liderança nacional, consolidando-se como um dos principais polos de tecnologia e empreendedorismo do país. O estado avançou duas posições em relação à edição anterior e teve boas pontuações em Patentes e no indicador Informação e Comunicação. Com base no ranking, o governo deverá estimular investimentos públicos em P&D, no indicador de empresas de alto crescimento, bolsas de mestrado e doutorado e em pesquisas científicas. Dessa forma, a parceria entre setor público, empresas e universidades pode ser fortalecida, a fim de gerar valor, competitividade e novas oportunidades para o Estado.

Apesar de relativamente bem colocado nesse pilar, é fundamental que o governo estadual e as empresas catarinenses reforcem investimentos em inovação, com foco em determinadas áreas com mais possibilidades de desenvolvimento. A busca contínua por melhoria em produtos, processos e serviços e o desenvolvimento de novos produtos e soluções alinhados às expectativas do mercado, são estratégicas para o desenvolvimento das empresas, para a geração de valor nos negócios e para maior engajamento dos atores envolvidos.

Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC



E assim, SC avança no Ranking da Competitividade dos Estados Brasileiros. Ainda que vários indicadores oscilem entre melhora e piora, de forma geral se observa que, no conjunto, os avanços têm superado os retrocessos. Em muitos casos, a perda de posição foi relativa, já que ocorreu mesmo com a melhora na nota atribuída, que cresceu menos que a de outros estados que registraram avanços.

Importante mesmo é observar o padrão de competitividade que vem se mostrando cada vez mais dinâmico, não somente entre os estados brasileiros, mas especialmente no cenário internacional. Os desafios se renovam e crescem, e exigem esforços de criatividade e atitude para enfrentá-los. Ainda mais diante de uma reorganização das cadeias globais de produção, fortemente impactadas pelas dinâmicas do mundo atual, pautadas por guerras, conflitos, epidemias e incertezas crescentes.

Também a perspectiva de grandes desafios climáticos demanda um olhar atento e ações concretas, tanto para mitigar os efeitos das mudanças em curso cada vez mais evidentes, quanto para prevenir e combater as práticas predatórias. A sociedade em geral, líderes e agentes públicos e privados precisam voltar-se cada vez mais para a adoção de práticas sustentáveis de desenvolvimento econômico. Está cada vez mais evidente que a economia (e a sociedade) depende do meio ambiente e não o contrário. Por isso, uma provável expansão dessa consciência resultará em sistemas produtivos cada vez mais limpos e sustentáveis, baseados em ambientes socialmente equilibrados.

A competitividade evolui nessa direção. Governo e iniciativa privada precisam unir forças, em diferentes frentes, para manter e elevar a competitividade, sob pena de perder espaço para a concorrência. O governo precisa alocar mais recursos, no sentido de aprimorar a infraestrutura, a educação e a segurança jurídica, buscando diminuir custos de produção, elevar o padrão dos produtos e serviços e criar um ambiente de negócios estável, seguro e amigável à implantação e desenvolvimentos das empresas.

Cabe alinhar ações e enfrentar os desafios, sob pena de pertermos o protagonismo que tanto nos orgulha.

Vale também ressaltar o destaque que SC teve no Ranking dos Municípios brasileiros que está em sua 6ª Edição. A edição de 2025 analisou a competitividade de 418 municípios (7,5% do total) que compõem o recorte populacional superior a 80.000 habitantes, correspondendo a 60,28% da população. No Estado, foram analisados 19 Municípios, que abrigam uma população estimada em 4,2 milhões de habitantes. Florianópolis é o mais competitivo do País, pelo terceiro ano consecutivo, seguido por Vitória (2º) e São Paulo (3º).

Entre os 100 municípios mais competitivos do País, além da capital, outros 10 dos 19 catarinenses que participaram do Ranking estão nessa lista em 2025: Jaraguá do Sul (12º), Blumenau (14º), São Bento do Sul (20º), Criciúma (23º), Balneário Camboriú (34º), Joinville (44º), Chapecó (51º), Concórdia (62º), Itajaí (69º) e Brusque (78º). Trata-se, portanto, de um notável diferencial competitivo do Estado.

Cabe finalmente parabenizar as iniciativas e o protagonismo do Centro de Liderança Pública pelo desenvolvimento desse relevante estudo, que vem sendo sistematicamente aprimorado e divulgado desde 2011.

Anexos

Anexo 1 – Peso dos Pilares na edição 2025

Figura 1: Peso dos Pilares no 14º Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros



Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Anexo 2 – Evolução do Peso dos Pilares

Tabela 12: Evolução do Peso dos Pilares no 14º Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros (edição 2025)

Pilares	Pesos							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Segurança Pública	13,3%	13,4%	13,8%	13,5%	13,3%	12,7%	13,0%	12,6%
Sustentabilidade Social	12,3%	12,2%	12,1%	12,0%	12,0%	11,6%	11,5%	11,7%
Infraestrutura	12,9%	12,7%	12,6%	12,6%	12,5%	12,4%	11,6%	11,4%
Educação	11,4%	11,3%	11,2%	11,2%	11,4%	11,5%	11,3%	11,4%
Solidez Fiscal	12,1%	12,0%	11,9%	11,7%	11,5%	11,5%	11,3%	11,0%
Eficiência da Máquina Pública	7,8%	7,9%	7,9%	8,1%	8,2%	9,2%	9,9%	10,0%
Sustentabilidade Ambiental	7,7%	7,8%	7,9%	8,4%	8,8%	8,3%	8,4%	9,2%
Potencial de Mercado	7,7%	7,7%	7,6%	7,5%	7,3%	7,8%	8,2%	8,2%
Capital Humano	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%	8,1%	8,2%	8,3%	7,6%
Inovação	6,8%	6,8%	6,9%	6,9%	7,0%	6,8%	6,5%	6,9%

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Anexo 3 – Descrição dos Indicadores por Pilar

Tabela 13: Descrição dos indicadores do pilar Segurança Pública

Segurança Pública				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	DEPEN e FBSP	2024	Sim
Presos sem Condenação	Proporção de presos provisórios (sem condenação) em relação ao total da população prisional.	DEPEN	2024	Sim
Déficit de Vagas	Relação da população prisional pelo total de vagas (Presos provisórios, Regime fechado, Semiaberto e Aberto, Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), Medidas de Segurança de Internação e Outros)	DEPEN	2024	Sim
Mortes a Esclarecer	Proporção de óbitos por causas externas classificadas como de intenção indeterminada, em relação ao total de mortes por agressões, intervenções legais e causas indeterminadas.	Datasus	2023	Sim
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2023	Sim
Morbidade Hospitalar por Acidente de Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 10 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2024	Sim
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais - MVI (corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora).	FBSP	2024	Sim
Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	FBSP	2024	Sim
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	FBSP	2023	Não

Segurança Pública				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Violência Sexual	Total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados por 100 mil habitantes.	FBSP	2024	Sim
Feminicídio	Total de vítimas de feminicídio por 100 mil mulheres	FBSP	2024	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 14: Descrição dos indicadores do pilar Sustentabilidade Social

Sustentabilidade Social				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Inadequação de Moradia	Percentual de domicílios urbanos com, ao menos, um dos critérios de inadequação de moradia, conforme metodologia da Fundação João Pinheiro.	IBGE	2023	Sim
Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza, definida pelo Governo Federal.	IBGE	2024	Sim
Desigualdade de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do ano.	IBGE	2024	Sim
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	IBGE	2023	Sim
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto (rede geral ou rede pluvial, ou Fossa Séptica ligada a rede).	IBGE	2023	Sim
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média ponderada pela quantidade de óbitos dos anos potenciais de vida perdidos (anos faltantes para atingir 70 anos) por faixa etária.	Datasus	2023	Sim

Sustentabilidade Social				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD Brasil, FJP e Ipea	2021	Não
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação aos nascidos vivos	Datasus e IBGE	2023	Sim
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas.	Datasus e IBGE	2023	Sim
Mortalidade na Infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos.	Datasus	2023	Sim
Desnutrição na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada.	Sisvan	2024	Sim
Obesidade na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade.	Sisvan	2024	Sim
Cobertura Vacinal	Taxa de cobertura vacinal: número de doses aplicadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100.	Ministério da Saúde	2024	Sim
Equilíbrio Racial	Distância entre o percentual de negros na população acima de 30 anos em estratos privilegiados (educação, renda e longevidade) e sua participação no total de habitantes da mesma faixa etária.	Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer)	2021	Não
Trabalho Infantil	Crianças e adolescentes encontrados pela Auditoria Fiscal do Trabalho em situação de trabalho infantil em relação à população menor de 18 anos.	Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE	2024	Sim
Trabalho escravo	Trabalhadores em condições análogas a trabalho escravo encontrados pela Inspeção do Trabalho, em relação à população em idade de trabalhar (14 anos ou mais)	Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE	2023	Não

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 15: Descrição dos indicadores do pilar Infraestrutura

Infraestrutura				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos de telefonia móvel e banda larga fixa por 100 habitantes.	ANATEL e IBGE	2024	Sim
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média simples entre o percentual de cumprimento de metas com banda larga fixa e telefonia móvel.	ANATEL	2022	Não
Custo de Combustíveis	Preço médio de revenda pago em reais (Etanol Hidratado, Gasolina Comum e Óleo Diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	ANP	2024	Sim
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	SINISA	2023	Sim
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	ANAC	2024	Sim
Acesso à Energia Elétrica	Percentual de domicílios com energia elétrica (rede geral ou fonte alternativa).	IBGE	2023	Sim
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média (com impostos) praticada para o consumo comercial, residencial, industrial e rural, ponderada pela participação das classes no consumo total de energia	ANEEL	2024	Sim
Qualidade da Energia Elétrica	DGC - Desempenho Global de Continuidade (média aritmética simples das razões entre os valores apurados e limites anuais dos indicadores globais DEC e FEC das distribuidoras).	ANEEL	2024	Sim
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias: nota entre 1 (péssimo) a 5 (ótimo), ponderada pela extensão pesquisada.	CNT	2024	Sim
Backhaul de Fibra Óptica	Percentual de municípios com backhaul de fibra óptica.	ANATEL	2024	Não

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 16: Descrição dos indicadores do pilar Solidez Fiscal

Solidez Fiscal				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Taxa de Investimentos	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2024	Sim
Regra de Ouro	Diferença entre as despesas de capital empenhadas e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida.	Siconfi	2024	Sim
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida	Siconfi	2024	Sim
Sucesso do Planejamento Orçamentário	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária).	Siconfi	2024	Sim
Dependência Fiscal	Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes/receita corrente total	Siconfi	2024	Sim
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado.	Siconfi e Tendências	2024	Sim
Gasto com Pessoal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2024	Sim
Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior.	Siconfi	2024	Sim
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes)	Siconfi	2024	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 17: Descrição dos indicadores do pilar Educação

Educação				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de Educação	2025	Sim
IDEB	Nota do Ideb de cada nível de ensino público e privado (fundamental anos iniciais, fundamental anos finais e ensino médio) ponderada pelo peso de cada nível de ensino no número de matrículas.	INEP	2023	Sim
ENEM	Média Simples das notas das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	INEP	2024	Sim
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Roda Educativa	2023	Não
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental em relação ao total de pessoas desta faixa etária.	IBGE	2024	Sim
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio em relação ao total de pessoas desta faixa etária.	IBGE	2024	Sim
Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Razão entre o número de estudantes de 0 a 5 anos e o total de pessoas dessa mesma faixa etária.	IBGE	2024	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 18: Descrição dos indicadores do pilar Eficiência da Máquina Pública

Eficiência da Máquina Pública				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Eficiência do Judiciário	Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado, retirando os processos suspensos, sobreestados ou em arquivo provisório).	CNJ	2023	Não
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	Siconfi e Tendências	2024	Sim
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB	Siconfi e Tendências	2024	Sim
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB	Siconfi e Tendências	2024	Sim
Índice de Transparéncia	Escala Brasil Transparente 360° - Ranking de “Transparéncia Passiva” e “Transparéncia Ativa”.	CGU	2020	Não
Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi.	Tesouro Nacional	2023	Sim
Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Média entre as relações: IPM (Índice de produtividade do magistrado) / IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC - Jus; e IPS (índice de produtividade dos servidores) / IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC -Jus	CNJ	2022	Não
Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital.	ABEP-TIC	2025	Sim
Prêmio Salarial Público-Privado	Diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário médio do setor privado.	IBGE	2024	Sim

Eficiência da Máquina Pública				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	Diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual.	IBGE	2024	Sim
Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	Distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada).	IBGE	2024	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 19: Descrição dos indicadores do pilar Sustentabilidade Ambiental

Sustentabilidade Ambiental				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Emissões de CO2	Emissões brutas subtraídas das remoções de CO2 divididas pelo PIB Total.	SEEG/OC e Tendências	2023	Sim
Serviços Urbanos	Oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados pela Prefeitura, por empresas contratadas e por outros executores.	SINISA e IBGE	2023	Sim
Destinação Inadequada do Lixo	Destinação final inadequada dos resíduos sólidos urbanos pelos municípios.	SINISA e IBGE	2023	Sim
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado.	SINISA e IBGE	2023	Sim
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição de água.	SINISA	2023	Sim

Sustentabilidade Ambiental				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Reciclagem de Lixo	Recuperação de resíduos recicláveis secos e orgânicos em relação à quantidade total coletada.	SINISA e IBGE	2023	Sim
Coleta Seletiva de Lixo	Cobertura da população urbana com coleta seletiva direta de resíduos sólidos domiciliares	SINISA e IBGE	2023	Sim
Desmatamento	Razão entre a área total desmatada e a área geográfica total	MapBiomas e IBGE	2024	Sim
Variação do Desmatamento	Variação anual do desmatamento bruto.	MapBiomas	2024	Sim
Recuperação de Áreas Degradadas	Área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total.	MapBiomas e IBGE	2023	Sim
Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	Transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento.	MapBiomas	2024	Sim
Área Protegida na Esfera Estadual	Proporção de área de Unidades de Conservação (esfera estadual) e de terras indígenas em relação à área total da Unidade da Federação.	Instituto Socioambiental, Ministério do Meio Ambiente e IBGE	2024	Sim
Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	Diferença do percentual de área dedicada à preservação da vegetação nativa nos imóveis rurais em relação ao grau de conformidade do código florestal, artigo 12.	Embrapa e IBGE	2024	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 20: Descrição dos indicadores do pilar Capital Humano

Capital Humano				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos.	IBGE	2024	Sim
PEA com Ensino Superior	Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, com ensino superior completo.	IBGE	2024	Sim
Produtividade do Trabalho	PIB total dividido pelas horas efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade.	IBGE e Tendências	2024	Sim
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas.	IBGE	2024	Sim
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados formais em relação ao total de ocupados de 14 anos ou mais de idade.	IBGE	2024	Sim
Inserção Econômica	Proporção de Ocupados em relação à População Economicamente Ativa (PEA).	IBGE	2024	Sim
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 29 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	IBGE	2024	Sim
Desocupação de Longo Prazo	Percentual de Pessoas desocupadas por 2 anos ou mais, em relação ao total de pessoas desocupadas.	IBGE	2024	Sim
Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	Percentual de Pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, em relação ao total de pessoas ocupadas.	IBGE	2024	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 21: Descrição dos indicadores do pilar Potencial de Mercado

Potencial de Mercado				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Tamanho de Mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB).	Tendências	2024	Sim
Taxa de Crescimento	Média móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB real.	IBGE e Tendências	2024	Sim
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos).	IBGE	2024	Sim
Comprometimento de Renda	Comprometimento de renda com dívidas bancárias em relação à massa de renda total domiciliar.	Banco Central, IBGE e Governo Federal	2024	Sim
Qualidade de Crédito para Pessoa Física	Percentual de modalidades não-emergências (consignado, habitacional, veículos e rural) para pessoa Física em relação ao crédito total	Banco Central	2024	Sim
Volume de Crédito	Saldo de crédito total (PJ e PF) em relação ao PIB total	Banco Central e IBGE	2024	Sim
Inadimplência	Participação de consumidores inadimplentes em relação à população acima de 18 anos de idade.	Serasa e IBGE	2024	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).

Tabela 22: Descrição dos indicadores do pilar Inovação

Inovação				
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência	Atualização
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	MCTIC e IBGE	2023	Sim
Patentes	Total de concessões de patentes (“Patente de Invenção”, “Modelo de Utilidade” e “Certificado de Adição”) em relação ao PIB.	INPI e Tendências	2023	Não
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de discentes de pós-graduação beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou FAPs dos Estados.	CNPQ, CAPES e CONFAP	2024	Sim
Estrutura de Apoio à Inovação	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec e IBGE	2025	Sim
Pesquisa Científica	Média ponderada das notas em pesquisa científica do Ranking Universitário Folha (RUF) pelo número de matrículas.	RUF e INEP	2024	Sim
Informação e Comunicação	Participação das atividades econômicas de Informação e Comunicação no valor adicionado bruto de Serviços.	IBGE	2022	Sim
Empresas de Alto Crescimento	Número de unidades locais de empresas de alto crescimento em relação ao total de unidades locais.	IBGE	2022	Sim

Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP (2025).



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Jorginho Mello

Governador

Marilisa Boehm

Vice-governadora

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Fabricio Oliveira

Secretário

Lucas Amancio

Secretário Adjunto

DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (DIPP)

Samires Felipe

Diretora de Políticas Públicas

Pietro Caldeirini Aruto

Gerente de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

Renato Souza Tristão

Gerente de Indicadores e Dados de Governo

Paulo Zoldan

Gerente de Informações Estratégicas

Daniele Cristina Knihs

Apoio Técnico

Isadora Varela Silva

Apoio Administrativo

Especialistas FAPESC

Cassiana Mendonça Pottmaier

Jean Samuel Rosier

Luciana Camargo Castro

Micheline Guerreiro Krause

Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC





Foto: SCPAR / Divulgação



Secretaria de Estado do Planejamento
Diretoria de Políticas Públicas

✉ politicas.publicas@seplan.sc.gov.br
📷 [/seplan.sc/](https://www.instagram.com/seplan.sc/)
🌐 www.seplan.sc.gov.br

Santa Catarina no 14º Ranking de Competitividade dos Estados

Edição 2025



Centro Administrativo do Governo
Rod. SC 401 – Km 15, nº 4.600
CEP: 88032-900
Saco Grande, Florianópolis/SC

📞 +55 (48) 3665-1400
📷 [/GovernoSC](https://www.instagram.com/governosc/)
🌐 www.sc.gov.br